

21 JUL 1988

# Divergências na Constituinte impedem acordo

ADRIANO LAFETA  
Da Editoria de Política

Empresários e trabalhadores estão tentando o pacto com uma luta marcada: vão se enfrentar no segundo turno de votações da Constituinte e não estão a ponto na mesa de negociações, ao menos até agora, os pontos de discórdia no projeto constitucional. Correm o risco de, atingindo o acordo para o combate à inflação, pondo tudo a perder no decisivo round que travarão em plenário.

E nem entre si os empresários estão se entendendo. Enquanto o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, reconhece o risco de deixar o segundo turno de fora dos entendimentos para o pacto, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, deputado Alysson Paulinelli (PFL/MG), acha que o projeto não é inflacionário, como pensa seu companheiro, e pede para não misturar as duas coisas, para ele inteiramente diferentes.

Na verdade, são uma coisa só, ao menos na opinião do Governo, que dá ao projeto constitucional a classificação de inflacionário. Muitos empresários, como Telles, endossam esse coro. E se o pacto é um "basta à inflação", como diz o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, como passar ao largo do segundo turno? O próprio Amato reconhece que não teria sentido um acordo anti-inflacionário seguido da aprovação de um projeto que incrementasse novamente os custos.

Ontem, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente da entidade, senador Albano Franco (PFL-SE), era um

dos poucos que admitiam, entre cerca de 400 empresários reunidos numa monumental ofensiva contra o projeto constitucional, que o pacto poderia passar pelo segundo turno. Ainda assim, de forma pouco precisa, "Tudo é possível. Inclusive, estamos para marcar uma conversa com o Lula", foi o comentário vago, seguido da ressalva de que os entendimentos para o pacto "estão ainda a nível técnico".

Por outro lado o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, declarava aberta e enfaticamente que não acredita no pacto. "Já se tentou fazê-lo de outras vezes e não deu certo", resumia seu sentimento de descrença, acrescentando que o momento atual é um agravante a mais, já que o País está em franco processo eleitoral. Ou seja, mais um motivo de enfrentamento e não de acordo entre empresários e trabalhadores, por mais que se queira o pacto, que tem em Antônio Ermírio um de seus simpatizantes, embora cético.

Do outro lado, entre os mais otimistas, Flávio Telles de Menezes considerava que "quando pega fogo na floresta, a onça e o veado correm juntos para se refugiar". Para ele, o patamar de inflação a que chegou o País é um verdadeiro incêndio do qual os dois lados precisam se proteger, o que os empurraria ao pacto. O empresário reconhece, contudo, a dificuldade de convivência num mesmo abrigo de partes que em certo momento teriam que se desentocar para gladiar em outro local.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira acrescenta ainda que "o projeto constitucional será motivo de agravamento da pressão inflacionária se for aprovado como está".

# CUT não vai negociar conquistas da Carta

LUCIO BERNARDO



Jair Meneguelli

"E completamente incoerente que os empresários chamem os trabalhadores para discutir inflação quando ao mesmo tempo se reúnem para retirar desses trabalhadores suas conquistas, garantidas em votação da Constituinte no primeiro turno". Essa foi a análise que o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, fez ontem, depois de participar de diversas reuniões com partidos de esquerda na Constituinte. Meneguelli declarou ainda que o turno ininterrupto de 6 horas e o direito de greve são pontos inegociáveis, e que a inflação é culpa única e exclusiva do capital.

A única proposta de pacto que pode ter sucesso entre os trabalhadores é a que fala de zerar as perdas salariais — ao mesmo tempo em que se zera os preços — para depois se discutir a inflação futura, segundo admitem em São Paulo as lideranças sindicais da CUT, que estão preparando uma resposta oficial à proposta de um entendimento nacional visando derrubar a inflação. "A idéia é discutir conceitos e fixar os parâmetros para levar aos empresários. Queremos deixar claro que aceitamos discutir, em tese, uma proposta para derrubar a inflação, mas não pacto", disse o presidente do Sindicato dos Bancários, Gilmar Carneiro dos Santos, secretário de imprensa da CUT.

Os sindicalistas da CUT não querem participar também de reuniões plenárias de sindicatos, como

pretendem os empresários, e só apresentarão sua resposta oficial sobre as negociações a uma reunião do fórum informal de empresários. Por esse motivo, está descartada a participação de sindicalistas da CUT na reunião promovida hoje pelo presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abram Szajman, que defende como proposta o congelamento da URP deste mês para aplicá-la no trimestre seguinte a preços e salários. "Isso vai provocar uma perda salarial maior ainda do que já temos com a atual URP e não podemos aceitar isso", disse Gilmar.

Pela mesma razão, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, já avisou que não vai ao encontro. Oficialmente, ele disse que não foi convidado, mas a verdade é que não quer ser envolvido numa articulação que visa a congelar a URP.